COMISSÃO DE EDUCAÇÃO REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2019

(Da Sra. Deputada PROFESSORA ROSA NEIDE)

Requer informações ao Ministro da Educação sobre a atual situação das políticas relativas à educação escolar indígena.

Senhor Presidente:

Requeiro, com base no artigo 50, § 2º da Constituição Federal combinado com o § 2º, inciso V do artigo 24, e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado Requerimento de Informação ao Ministro da Educação sobre a atual situação das políticas relativas à educação escolar indígena no país.

JUSTIFICAÇÃO

Segundo dados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE, a população indígena é de mais de 800 mil pessoas, com mais de 270 línguas faladas. No campo educacional, são mais de 3 mil escolas indígenas pelo país, com cerca de 18 mil professores e 254 mil alunos matriculados.

Sobre esta realidade (escolas não regularizadas, não funcionamento em estruturas adequadas, sem acesso à agua filtrada, esgoto e energia e materiais adequados), a Frente Parlamentar em Defesa da Escola Pública e em Respeito ao Profissional da Educação, promoveu uma palestra, recentemente, no âmbito da Comissão de Educação.

A Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, que dispõe sobre o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado por unanimidade no Congresso Nacional, estabeleceu no seu art. 8º que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas no PNE.

O PNE firmou que os entes federados devem <u>estabelecer nos respectivos</u> planos de educação estratégias que considerem as necessidades específicas das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, asseguradas a equidade educacional e a diversidade cultural. Ademais, todo o PNE reforça a atenção que merece ser dada aos povos indígenas e outros segmentos historicamente secundarizados nas políticas educacionais, seja na educação básica, seja na educação superior.

A secretaria que institucionalmente se responsabilizava pela educação escolar indígena no MEC, a Secadi, foi extinta já nos primeiros atos de governo, o que sugere uma forte mudança na condução das políticas para a inclusão educacional e reconhecimento das diversidades, notadamente aquelas direcionadas aos povos indígenas.

Diante desse cenário, requeremos informações, a partir das indagações que se seguem, sobre as políticas nacionais voltadas aos povos indígenas, se possível e quando couber, desagregadas por unidade federativa:

- 1. Quais iniciativas, ações e políticas voltadas à educação escolar indígena estão sendo desenvolvidas pelo MEC pelo país? Como atendem o estado de Mato Grosso?
- 2. Qual o volume de recursos foi aplicado, no período 2014-2018, em ações voltadas para a educação escolar indígena, no Brasil (e em Mato Grosso)?
- 3. Qual a previsão de recursos (e em quais ações) para os povos indígenas para o período 2019-2020, por parte do MEC?
- 4. Quais as dotações específicas destinadas para o estímulo à formação inicial e continuada de professores indígenas no Brasil (e em Mato Grosso), especialmente em relação às licenciaturas interculturais indígenas?
- 5. Quais iniciativas e valores estão previstos para execução em 2019 (Brasil e Mato Grosso):
 - a. em produção de material didático específico em línguas indígenas, bilíngues ou em português?
 - b. no apoio político-pedagógico aos sistemas de ensino para a ampliação da oferta de educação escolar em terras indígenas?
 - c. na promoção do Controle Social Indígena?
 - d. em formação inicial e continuada magistério e licenciaturas interculturais:
- 6. Há, atualmente, acompanhamento e estímulo para a implementação dos territórios etnoeducacionais, de que trata o Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009?
- 7. Há estudos sobre (e/ou a intenção de induzir) adoção de concursos específicos para professores para atendimento da educação escolar indígena?

Como eventuais e/ou adicionais novas restrições orçamentárias impostas ao MEC atingem, por exemplo, os programas de assistência estudantil voltados ao estudantes indígenas?

Apesar de a educação indígena ter sido contemplada no Plano Nacional de

Educação (PNE), o tema ainda não está fortalecido na agenda do país, e precisa

permear o regime de colaboração específico para a implementação da modalidade,

considerando, inclusive, a realidade dos territórios étnico-educacionais e a

utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades

socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta

prévia e informada a essa comunidade, conforme afirma o PNE.

É fundamental, assim, que o poder público promova formas de colaboração

diferenciadas, fortaleça a educação nas próprias comunidades e que desenvolva

materiais didáticos próprios. Que haja estímulo à formação dos professores e aos

instrumentos de acompanhamento que considerem as especificidades territoriais,

linguísticas e socioculturais dos diferentes povos indígenas, entre outras iniciativas.

É em tal direção que requeremos as informações solicitando o apoio dos

nobres pares.

Sala das Comissões, em de maio de 2019.

Deputada PROFESSORA ROSA NEIDE

(PT-MT)